



***Câmara Municipal de Ilha Comprida***  
***Gabinete do Vereador Rogério Revitti***

/rogerinhorevitti @di\_revitti (13) 98121-7304

**PROJETO DE LEI Nº 113/2021**

**Autor:** Vereador Rogério Lopes Revitti

**JUSTIFICATIVA**

Sra. Presidente,

Srs. Vereadores

Submeto a apreciação de Vossas Excelências o presente projeto de lei que  
***“Institui o Abrigo de Acolhimento Especial e Temporário para mulheres vítimas de violência doméstica e dá outras providências.”***

A Lei Federal nº 11.340 de 07 de agosto de 2006, conhecida por Lei Maria da Penha, criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher e em seu artigo 35 preceitua que:

*Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:*

...

***II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;***

Não há dúvida que é uma prerrogativa municipal criar as casas-abrigos para aquelas mulheres que em meio a violência doméstica não tem para onde ir e que por muitas vezes suporta tal situação degradante, por este motivo.



## Câmara Municipal de Ilha Comprida

### Gabinete do Vereador Rogério Revitti

[f/rogerinhorevitti](https://www.facebook.com/rogerinhorevitti) [@di\\_revitti](https://www.instagram.com/di_revitti) [wa\(13\) 98121-7304](https://www.whatsapp.com/channel/002991234567890123)

Oportuno destacar que a violência contra a mulher tem crescido constantemente no Brasil, mesmo com todas as campanhas publicitárias e leis que versam sobre a temática, o número de vítimas sobe consideravelmente a todo instante. No gráfico anexo é possível ver que Ilha Comprida lidera o ranking em números de estupros de 2018 a 2020.






De acordo com o projeto, o Poder Executivo fica autorizado a criar abrigos de acolhimento especial e temporário para mulheres atendidas em programas de vítimas de violência doméstica.

O Programa prevê proteção às mulheres vítimas de violência doméstica, com medidas garantidas pela Lei Maria da Penha. Tem por objetivo combater a violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial contra as mulheres, monitorar o cumprimento das normas penais que garantem sua proteção e a responsabilização do agressor, além de proporcionar acolhimento humanizado e orientação às vítimas quanto aos serviços municipais disponíveis.



***Câmara Municipal de Ilha Comprida***  
***Gabinete do Vereador Rogério Revitti***

 /rogerinhorevitti  @di\_revitti  (13) 98121-7304

Nesse sentido, diante da relevância do tema, contamos com o apoio dos nobres pares para analisar, aperfeiçoar e aprovar este projeto de lei.

*Plenário dos Emancipadores, em 25 de outubro de 2021*

**ASSINADO DIGITALMENTE**



*Câmara Municipal de Ilha Comprida*  
*Gabinete do Vereador Rogério Revitti*

 /rogerinhorevitti  @di\_revitti  (13) 98121-7304

**PROJETO DE LEI Nº 113/021**

*“INSTITUI O ABRIGO DE ACOLHIMENTO ESPECIAL E  
TEMPORÁRIO PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA  
DOMÉSTICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”*

O Prefeito Municipal de Ilha Comprida, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** - Autoriza o Poder Executivo a criar abrigos de acolhimento especial, temporário, para pessoas e mulheres atendidas ou não, em programas de vítimas de violência doméstica.

**Art. 2º** - As mulheres que não estiverem previamente cadastradas nos respectivos programas e sejam vítimas da violência doméstica e agressão, deverão registrar boletim de ocorrência, na data do pedido para o acolhimento temporário no respectivo abrigo ou em caso excepcional a pedido dos referidos órgãos para proteção da mulher.

**Art. 3º** As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se for o caso.

**Art. 4º** O Poder Executivo regulamentará a presente lei, caso necessário, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

**Art. 5º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

*Plenário dos Emancipadores, em 25 de outubro de 2021*